

**GÊNERO, AGRICULTURA FAMILIAR E (RE)ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO
RURAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE MINAS NOVAS E
CHAPADA DO NORTE – VALE DO JEQUITINHONHA/MG/BRASIL¹**

Maria Aparecida dos Santos Tubaldini²
Raphael Fernando Diniz³

Resumo

Este artigo enfoca o trabalho feminino em comunidades rurais quilombolas nos municípios de Minas Novas e Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha-MG/BR, destacando a rotina de serviços na roça, em casa e em hortos domésticos. Noções teóricas sobre comunidades e metodologia qualitativa como instrumento de coleta de informações privilegiam a oralidade como forma de entendimento dos objetivos propostos. Busca-se analisar a identidade e o papel da mulher na manutenção das tradições culturais quilombolas, na preservação de sementes crioulas para os cultivos de alimentos e no manutenção da sabedoria tradicional camponesa sobre a medicina popular. Observou-se que tem ocorrido um expressivo crescimento no fluxo de mulheres migrando para a colheita de café em outros estados do Brasil, contribuindo para o sobretrabalho e ameaça à manutenção da cultura e dos plantios nas roças e quintais. Percebeu-se que além da seca que afeta a produção agrícola nas comunidades e impulsiona o êxodo rural, a nova forma de migração sazonal camponesa, incluindo agora as mulheres, também tem se tornado um grande entrave à agregação da família. O trabalho feminino, entretanto, ainda preserva os laços de solidariedade típicos de

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto: *Estudo de gênero em Comunidades Remanescentes de Quilombos: O Trabalho das Mulheres nas Comunidades de Pinheiros e Moça Santa, manutenção cultural e diversidade – Minas Novas e Chapada do Norte/MG*, com apoio financeiro da FAPEMIG e desenvolvido no Laboratório de Pesquisas Terra & Sociedade, Núcleo de Estudos em Geografia Agrária e Agricultura Familiar do IGC/UFGM.

² Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: ubaldini1@uol.com.br

³ Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: raphaelfdiniz@yahoo.com.br

sociedades afrodescendentes, contribuindo para a agregação da família e continuidade das raízes culturais da comunidade.

Palavras-chave: Gênero e Agricultura Familiar; Comunidades Remanescentes de Quilombos; Vale do Jequitinhonha. Conta, canta contador; Conta a história que eu pedi Dizem que o Jequi tem onha; Conta as onhas do jequi⁴ (GONZAGA MEDEIROS; Poeta do Vale do Jequitinhonha)

Introdução

Estudos científicos têm demonstrado que a agricultura familiar representa, atualmente, um inestimável papel para o desenvolvimento econômico do Brasil, principalmente pelo fato de que grande parte dos alimentos consumidos no país é produzida pelo trabalho dos agricultores familiares (SABOURIN, 2007; BUAINAIN *et al.*, 2003). Ademais, constata-se que a agricultura familiar responde pela fixação de relativa parcela da mão de obra no campo, como vem também contribuindo para a construção de um novo paradigma de produção agrícola no espaço rural brasileiro, a *agricultura agroecológica*.

No entanto, ao passo que diversas pesquisas são realizadas com enfoques nos aspectos econômicos, agrônômicos e sociais da agricultura familiar, percebe-se que atenção menor tem sido dada a uma compreensão mais aprofundada das questões que envolvem as *relações de gênero e a agricultura familiar*. Dentre os poucos trabalhos já realizados neste âmbito, merecem destaque os estudos de Heredia e Cintrão (2006) e Bruschini, Lombardi e Unbehaum (2006), os quais enfatizam questões como os avanços e os desafios das políticas públicas no campo e os impedimentos para o acesso das mulheres a programas de desenvolvimento rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

No Vale do Jequitinhonha/MG, região de expressivos contrastes na literatura científica, ora conhecida pela exuberância de sua rica formação biogeográfica, com

⁴ Reza a lenda que o nome do rio Jequitinhonha e, por conseguinte, do Vale originou-se dos indígenas que habitavam a região. Os povos primitivos do Vale usavam o "jequi", uma espécie de armadilha, para capturar peixes, os quais eram chamados de "onhas". Os índios lançavam o "jequi" no rio durante o entardecer e, pela manhã do dia seguinte, os mais velhos da tribo pediam para os mais novos: "Vai menino, vai ver se no "jequi" tem "onha".

ecossistemas de Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga e Veredas (SAINT HILAIRE, 1938; SPIX & MARTIUS, 1981), ora retratada em estudos como uma região “*economicamente deprimida*” (CODEVALE, 1973, 1991; FJP, 1988, 2000), a agricultura familiar tem resistido durante décadas aos constantes avanços da monocultura do eucalipto e à escassez de políticas públicas voltadas para o pequeno produtor rural.

A manutenção da agricultura familiar nos territórios rurais do Vale do Jequitinhonha só é possível graças a uma combinação de fatores – *migração sazonal camponesa, trabalho feminino, preservação dos conhecimentos tradicionais, ação de ONGs, dentre outros* – que permitem às famílias camponesas manter a reprodução socioespacial de seus membros no campo, ainda que com grandes dificuldades produzidas pela escassez de chuvas e pela desterritorialização provocada pelas “florestas” de eucaliptos.

Diante desta constatação, o presente artigo procura realizar um estudo acerca das *relações de gênero em Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale*, buscando identificar a importância do trabalho feminino para a agregação da família e da comunidade, para a preservação dos saberes tradicionais e para a manutenção das tradições culturais quilombolas. Buscamos também avançar em análises preliminares já realizadas sobre as *relações de gênero em comunidades quilombolas do Vale*, como em Tubaldini, Diniz e Silva (2010) e Diniz, Tubaldini e Silva (2010).

Acredita-se que a realização de estudos como este representa um inegável papel na construção de novos conhecimentos acerca da importância das *relações de gênero na agricultura familiar* e, principalmente, na (re)organização do espaço rural em *Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais*.

Metodologia

A metodologia que norteia a pesquisa é essencialmente qualitativa, trabalhando informações obtidas em campo através de entrevistas semi-estruturadas concedidas pelas agricultoras quilombolas.

Foram estudadas 10 (dez) comunidades rurais nos municípios de Minas Novas e Chapada do Norte, no Vale do Jequitinhonha/MG, a saber: Macuco, Pinheiros e Mata

Dois (Minas Novas); Gravatá 1, Moça Santa, Córrego Santa Rita, Córrego dos Gamelas, Paiol, Cuba e Misericórdia (Chapada do Norte). As comunidades de Minas Novas, juntamente com Gravatá 1, estão reunidas em torno da *Associação Comunitária União Quilombola do Macuco*. Já Moça Santa, Córrego Santa Rita, Córrego dos Gamelas e Paiol fazem parte da *Associação Comunitária União Quilombola de Moça Santa*, enquanto que Cuba e Misericórdia estão vinculadas a duas outras associações em Chapada do Norte. Ressalta-se que todas são reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares – FCP – como *Comunidades Remanescentes de Quilombos*.

Os trabalhos de campo ocorreram nos anos de 2009 e 2010, nos quais foram realizadas entrevistas semi-estruturadas junto às agricultoras quilombolas e às lideranças locais, objetivando compreender as questões que envolvem, atualmente, as *relações de gênero* no âmbito da *agricultura familiar* nestes núcleos afrodescendentes.

Por meio destas entrevistas foi possível também catalogar espécies vegetais utilizadas na medicina popular quilombola e identificar os manejos e as práticas tradicionais da agricultura familiar.

Foram feitos registros iconográficos – fotografias e croquis – dos agroecossistemas cultivados pelas mulheres em hortos domésticos e nas roças, de onde se retiram os alimentos consumidos pelas famílias e rendas extras advindas da comercialização dos cultivos em feiras livres na zona urbana de seus respectivos municípios.

O trabalho feminino, bem como as manifestações culturais nas danças e cantigas foram também registrados por fotografias.

Destaca-se ainda que as etapas metodológicas contemplaram a elaboração de uma revisão bibliográfica sobre noções teóricas de *comunidades*, a fim de compreender melhor a realidade empírica pesquisada nos territórios quilombolas.

Noções teóricas de comunidades

O território no Alto Vale do Jequitinhonha, enquanto distribuição dos agricultores no espaço geográfico, normalmente está associado à noção de *comunidades rurais* que, em grande parte, são nomeadas de acordo com a toponímia local dos córregos que cortam as terras camponesas. Com dimensões variadas, as comunidades rurais (quilombolas e não-quilombolas) possuem uma organização interna pautada na

propriedade individual (de uso exclusivo da família) e *coletiva* da terra, esta evidenciada pelas “*roças comunitárias*”, nas quais um grupo de agricultores planta e colhe alimentos em espaços de cultivos comuns.

A respeito deste uso singular da terra, GALIZONI et al. (2002, p. 12) colocam:

O sentido de pertencimento ao território vem da ascendência, do convívio e da parentela, que se unificam sobre uma terra que todos, em maior e menor grau, conservam certos direitos comuns. Assim a terra da comunidade efetiva e permite o exercício dos direitos derivados da ancestralidade: poder coletar lenha e frutos com liberalidade, ter acesso exclusivo ou cessão parcial privilegiada de um determinado barreiro ou nascente, dispor de madeiras - paus-de-cerne - que podem ser cedidas ou recebidas nas áreas mais privativas daquela comunidade.

Entretanto, há a necessidade de se tentar clarear o conceito de *comunidade* e *comunidade rural*, uma vez que estes termos são recorrentemente utilizados no presente trabalho. Ademais, este esclarecimento torna-se pertinente na medida em que, principalmente a partir da década de 1970, o termo *comunidade* reaparece através da participação de grupos ligados à Igreja Católica, com a formação das *Comunidades Eclesiais de Base – CEBs*⁵. Este movimento contribuiu para a (re)organização dos agricultores familiares na luta por seus direitos através da formação de comunidades rurais e associações, como é o caso do Vale do Jequitinhonha, e, dentro deste contexto, o município de Minas Novas, onde estão inseridas as comunidades rurais quilombolas alvo deste estudo.

O emprego do termo *Comunidade*⁶ não é recente, mas continua recorrentemente sendo utilizado e vem ganhando cada vez mais diferentes significados. Entretanto, o

⁵ **Comunidades Eclesiais de Base** - As CEBs são grupos formados por leigos que se multiplicam pelo país após a década de 1960, sob a influência da Teologia da Libertação. Sua idealização se deve ao então cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, integrante da corrente católica mais conservadora. Com o decorrer do tempo, principalmente frente as injustiças e perseguições a movimentos reivindicatórios durante o Regime Militar, as CEBs vinculam o compromisso cristão à luta por justiça social e participam ativamente da vida política do país. Um dos principais teóricos do movimento é o ex-frade brasileiro Leonardo Boff. Apesar do declínio que experimentam nos anos 90, continuam em atividade milhares de núcleos em todo o país. Fonte: http://www.portalbrasil.net/religiao_catolicismo.htm Acessado em: 15 de outubro de 2009.

⁶ Atualmente o termo comunidade é empregado em diversas ciências (sociologia, psicologia, geografia, filosofia, etc.), e em inúmeras situações e ambientes sociais: no meio urbano em vilas e favelas; no meio rural; em grupos sociais e culturais (funk, samba, cinéfolos, etc); atividades (pescadores, artesãos, catadores, extrativistas); grupos étnicos e religiosos (judeus, indígenas, quilombolas); comunidades

mais comum é a sua utilização para identificar grupos de pessoas que têm em comum uma característica relevante. Desta forma, é normal encontrarmos o seu emprego em denominações relacionadas à etnia, religião, nacionalidade, ocupação, entre outros. Dentro da sociologia, diversos autores consideram que o conceito de *comunidade* não é um modelo terminado, e que está em um constante processo de transformação e readaptações. Conforme Peixoto (2006), a *comunidade* seria constituída a partir da união das vontades individuais, ou seja, representa o predomínio do “nós” sobre o “eu”. Sendo assim, a *comunidade* teria suas principais expressões simbolizadas através da família, da religião, da nação e da etnia.

Outro autor clássico recorrentemente citado em trabalhos envolvendo *comunidade* e *sociedade* é Ferdinand Tönnies, sociólogo Alemão da segunda metade do século XIX e início do século XX. Conforme Brancalione (2008) e Peixoto (2006), *comunidade* para Tönnies pode ser definida como sendo um grupo social caracterizado pelo envolvimento de seus membros com pessoas completas, unidas pelo compartilhamento de sentimentos e emoções e vivendo de forma íntima, privada e exclusiva. Dentro deste contexto, a comunidade pode ser representada pela família, pelos grupos de vizinhança, pela aldeia rural, etc. Vale ainda destacar que, para Tönnies, o conceito de *comunidade* não pode ser confundido ao de “*sociedade*” ou “*associação*”, os quais “referem-se a um envolvimento com pessoas a partir de papéis parciais e específicos, condicionados por um acordo racional de interesses no âmbito de uma vida pública, onde os indivíduos ingressam de forma consciente e deliberada” (PEIXOTO, 2006, p.5).

Trazendo estas considerações para a realidade das *comunidades rurais quilombolas* estudadas, embora o espírito comunitário entre os moradores delas seja forte, com os laços de amizade, solidariedade e parentesco, nem todos os membros participam da associação comunitária formada pelas quatro comunidades rurais em questão, que é uma entidade jurídica e registrada, contendo estatuto e regulamentos.

O conceito de *comunidade quilombola* no Brasil relaciona-se ao *campesinato negro* habitante dos “sertões”, das serras e dos vales interioranos, com predominância de populações de matriz africana residindo em seu território, as quais em tempos

virtuais na web, entre outras. Para este estudo, contudo, será abordado apenas o conceito de *comunidade* e *comunidades rurais* dentro da sociologia e da geografia rural.

anteriores resistiram bravamente à opressão e exploração do sistema político-econômico das elites governantes do país.

O Contexto Geográfico das Comunidades Estudadas: a dura realidade de vida das mulheres quilombolas

As comunidades estudadas são compostas por residências construídas com paredes de adobe, telhado em estilo colonial, havendo em média três a quatro cômodos por casa. As moradias são desprovidas de saneamento básico, sendo o esgoto doméstico destinado às fossas negras e a água para o consumo familiar retirada de poços artesanais comunitários e/ou cisternas feitas para a captação de água da chuva.

O acesso às comunidades e às propriedades camponesas é, em grande parte, precário, com estradas não pavimentadas, repletas de buracos e muita lama no período das chuvas, o que as torna muitas vezes inacessíveis ao tráfego de automóveis. Acrescenta-se ainda que o acesso às moradias camponesas torna-se mais difícil quando as residências são construídas nas vertentes íngremes dos morros que formam as serras suavemente onduladas da região, o que é muito comum no território em estudo.

O regime climático nas comunidades é caracterizado por duas estações tipicamente definidas: um verão chuvoso, com chuvas concentradas em poucos meses do ano – geralmente entre novembro a março, e um inverno seco, com longos períodos de estiagens. A rede hidrográfica até décadas atrás era caracterizada por uma densa rede de córregos que margeavam os vales encaixados entre as íngremes vertentes das comunidades. Entretanto, hoje poucos córregos ainda permanecem perenes durante o ano, fato que se acredita estar intimamente ligado à ação antrópica, como desmatamentos nas áreas de nascentes, queimadas, extração de pedras preciosas e ao plantio de eucalipto nas unidades geomorfológicas das chapadas.

Já os solos são caracterizados por possuírem índices baixos e médios de fertilidade, sendo os mais férteis encontrados na planície de inundação dos córregos e os menos férteis nas chapadas e em suas vertentes.

São comunidades que se caracterizam por um elevado fluxo populacional de homens que migram sazonalmente para o corte da cana e para a colheita de café no interior dos estados brasileiros, um fenômeno característico de grande parte dos territórios rurais do Vale do Jequitinhonha.

A partir desta breve caracterização geográfica nota-se, de antemão, que o *trabalho feminino* encontra sérias limitações no território rural das comunidades quilombolas, o que é agravado ainda mais com os crescentes índices de migração sazonal de mulheres para a colheita do café, como será visto a seguir.

Aqui é tanta coisa pra agente preocupar, que aqui é assim: começa o dia e a menina sai... começa o dia e *eu tenho que fazer de tudo, que eu cuido de boi, eu cuido de galinha, eu lavo vazia, eu faço almoço...* Que quando é onze horas os menino vai pra escola, *eu tenho que arrumar a cozinha de novo, eu tenho que lavar roupas... eu tenho que dar conta da janta, tenho que cuidar dos três netos que mora mais eu...tem o outro menino, da vizinha ali de cima que foi pro café, que mora mais eu, tá aqui com nós... eu tenho que cuidar de tudo...e aí vem a doença e eu fico mais preocupada...* Meu marido sai pro café também, *e é eu quem cuida de tudo...* (Agricultora Quilombola, 57 anos, Comunidade Remanescente de Quilombos de Moça Santa, Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009).

As Viúvas de Maridos Vivos: o trabalho feminino nas comunidades durante a migração sazonal masculina

Os territórios estudados são expressivamente caracterizados pelo grande número de homens que migram sazonalmente para o corte de cana no interior de estados como São Paulo, Bahia e Mato Grosso, e para a colheita do café em cidades do interior de Minas Gerais. Dentre as principais razões que justificam a migração sazonal camponesa, destacam-se a ausência de emprego remunerado no campo e nas zonas urbanas vizinhas, além das constantes perdas agrícolas provocadas pelos longos períodos de estiagem.

Os homens que migram geralmente já estão na idade adulta, mas tem sido muito comum a saída de jovens a partir de 16 anos, já que as condições para se garantir a reprodução socioespacial das famílias camponesas têm sido cada vez mais limitadas. O período de tempo que a mão de obra masculina chega a permanecer fora da comunidade

geralmente varia entre 7 (sete) a 9 (nove) meses, o que justifica o nome popular dado às esposas dos agricultores migrantes: *viúvas de marido vivo*.

Durante todo o período em que os homens estão migrando, cabe a suas mulheres a realização de todos os trabalhos na propriedade, desde o cuidado com os plantios dos hortos domésticos e da roça até a construção de cercas, currais e moradias (FIG. 1).



Figura 1: Mulher quilombola no trabalho da construção civil: a escassez de mão de obra masculina no campo obriga as mulheres a realizarem inúmeros e diversificados trabalhos nas propriedades rurais. Comunidade Quilombola do Córrego dos Gamelas, Município de Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009. Fonte: DINIZ, R.F.

Para garantir a reprodução socioespacial da família durante o ano, as mulheres cultivam em hortos domésticos uma variedade muito expressiva de cultivos alimentares, como milho, feijão andu, feijão de corda, cana, fava, frutíferas e hortaliças, além de criarem pequenos animais, como porcos, aves e bovinos. A criação destes animais, além de fornecerem alimentos e renda aos agricultores, representa também um relevante papel nos manejos com os agroecossistemas cultivados nas roças e nos hortos domésticos, uma vez que se tornam importantes fontes de adubo orgânico para o solo.

Para exemplificar a (bio)diversidade dos cultivos nestes agroecossistemas, foram registradas fotografias (FIG. 2 e 3) dos plantios, os quais são cultivados através de princípios da agroecologia, como sistemas de policultivos, uso de adubação orgânica (FIG. 4) e preservação da vegetação rasteira como estratégia de proteção do solo (FIG. 5).



Figura 2: Horto doméstico cultivado na Comunidade Quilombola de Pinheiros: cultivo de cereais, leguminosas e frutíferas. Município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009. Fonte: DINIZ, R. F.



Figura 3: Horto doméstico cultivado na Comunidade Quilombola de Gravatá 1: cultivo de frutíferas e hortaliças. Município de Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009. Fonte: DINIZ, R. F.



Figura 4: Manejo Agroecológico em quintal de propriedade quilombola na comunidade Pinheiros: adubo orgânico produzido a partir de vegetação rasteira disposto em formato longitudinal, as *leiras*. Município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009. Fonte: DINIZ, R. F.



Figura 5: Cobertura morta do solo: manejo agroecológico utilizado para evitar perda excessiva de água em períodos de estiagem. Comunidade Quilombola de Pinheiros, Município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009. Fonte: DINIZ, R. F.

Além das fotografias, os hortos domésticos foram também registrados em croquis, como na figura a seguir (FIG. 6), na qual pode-se ter uma noção do arranjo espacial dos cultivos.

Para a manutenção dos cultivos, muitas mulheres contam com a ajuda do trabalho dos filhos jovens, os quais continuam residindo na comunidade por não poderem migrar devido à pouca idade (como pode ser observado na FIG. 3, onde se vê uma criança molhando as hortaliças num quintal).

Constatou-se que além dos cultivos alimentares, as mulheres cultivam também diversas espécies vegetais de uso medicinal, como *alecrim*, *angico*, *arruda*, *boldo*, *galuína*, *quina de papagaio*, *unha d'anta*, *barbatimão*, dentre outras inúmeras espécies catalogadas em nossas pesquisas. Os conhecimentos acerca dos usos medicinais destas

plantas são passados de geração para geração, tendo as mulheres o papel de *guardiãs* dos saberes tradicionais quilombolas.

Destaca-se que grande parte cultivos são plantados através da manutenção de sementes crioulas, como do feijão andu, da fava, de hortaliças e de frutíferas. A preservação destes materiais genéticos é de responsabilidade também das mulheres, que guardam a cada colheita as sementes para o plantio dos cultivos do ano seguinte. Entretanto, constatou-se que para outros cultivos, como do milho e de abóboras, as sementes utilizadas são híbridas, o que tem representado uma ameaça constante à preservação da variabilidade genética dos cultivos alimentares dos agricultores quilombolas.

Acrescenta-se ainda que a preservação destes agroecossistemas tem sido cada vez mais ameaçada pela migração sazonal. Constatou-se que nos últimos anos tem ocorrido um elevado fluxo de mulheres migrando em busca de trabalho, principalmente na colheita de café no interior de Minas Gerais. A migração sazonal feminina é um fenômeno recente e resultado do expressivo corte na oferta de emprego aos homens na colheita da cana em São Paulo⁷, o que implica na queda dos rendimentos do núcleo familiar e no agravamento do quadro econômico dos camponeses quilombolas.

Aqui é poucas mulheres [que permanecem na comunidade] ... aqui em Moça Santa, Paiol, tudo tão migra pra São Paulo, só fica mesmo aqui olha...ficou eu, minha cunhada ... aqui o máximo que pode ficar é 40% das mulheres. (Agricultora Quilombola, líder comunitária na Comunidade de Moça Santa, Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009).

Vale também ressaltar que a migração sazonal feminina tem contribuição muito significativa no *sobretalho* da mulher, uma vez que, ao retornarem para suas comunidades, cabe a elas a realização de todos os serviços deixados por fazer no período em que estavam fora de casa. Sendo assim, constatou-se que a rotina diária de trabalho das mulheres migrantes tem sido muito intensa durante os meses em que

⁷ A diminuição na oferta de empregos no corte da cana em São Paulo se deve à Lei 11.241, de 19 de setembro de 2002, que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar. Sem a queima, os grandes produtores de cana são obrigados a substituir o corte manual pelo uso de máquinas. Para mais informações, consultar: <http://www.al.sp.gov.br/legislacao/norma.do?id=217>

retornam para suas moradias, o que já tem causado sérios problemas de saúde às chefes de família.

Além dos trabalhos a serem realizados nas propriedades, constatou-se que muitas mulheres cuidam também de inúmeras crianças que permanecem nas comunidades quando os pais e as mães migram juntos para o trabalho sazonal. Na comunidade de Moça Santa, a líder comunitária chegou a afirmar que em 2008 recebeu em sua residência cerca de 8 (oito) crianças que ficaram “órfãs” durante o período em que seus pais migravam para o corte de cana e a colheita do café.

Já as mulheres idosas, as quais tem (re)conquistado o reconhecimento dentro do âmbito familiar e da comunidade por se tornarem arrimos de famílias com o salário de suas aposentadorias, mesmo com toda dificuldade enfrentada pelas limitações da idade, ainda desempenham importantes trabalhos

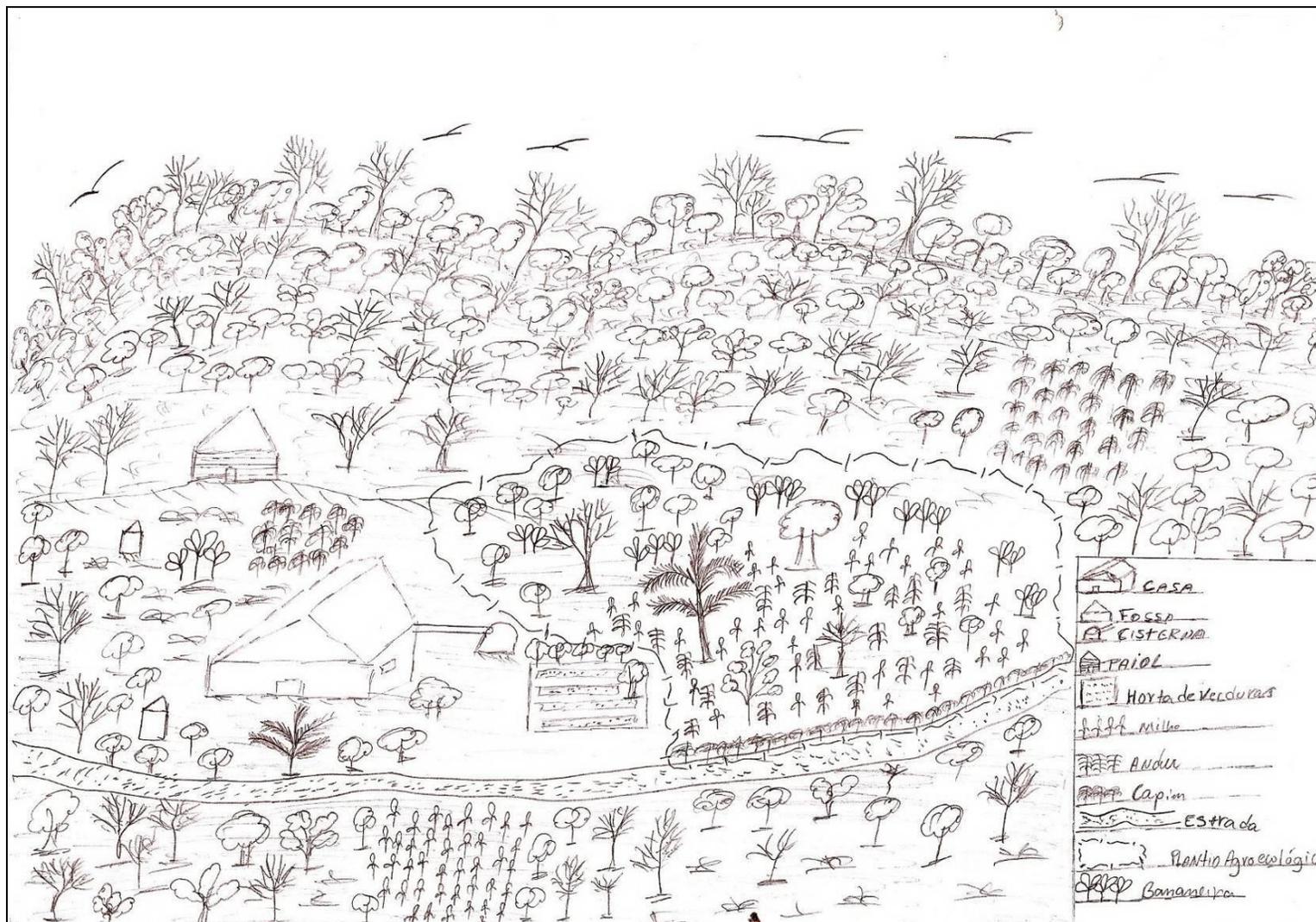


Figura 6: Horto doméstico cultivado em propriedade quilombola da comunidade do Macuco, Município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009. Autor: DINIZ, R. F.

para a agregação da família camponesa e para a manutenção dos agroecossistemas de cultivos alimentares.

Destaca-se também que as relações socioculturais estabelecidas dentro das comunidades quilombolas mesclam, hoje em dia, práticas típicas do patriarcalismo com alguns fortes resquícios de patriarcalismo. Assim, a autoridade do pai, “perdida” no tempo em que o homem sai para a migração sazonal, retorna para ele quando de sua volta para casa, tornando-se novamente o chefe da família e o responsável pelas decisões mais importantes sobre a roça, a propriedade e as criações. Além disso, muitas mulheres ao se casarem mudam-se para a propriedade de seus maridos, mesmo que eles ainda não tenham construído uma moradia, indicando, dessa forma, o papel de “submissão” feminina à autoridade do homem nas comunidades quilombolas.

Eles pensa que *“se eu morar do terreno da muié”* o povo vai falar que *“eu não pude levar pro meu, não pude fazer minha casa”*... *Aqui de jeito nenhum a gente [as mulheres] pode ter uma casa antes de a gente casar*, pode ter, mas o homem não vai lá dentro, *é racismo*...eu por exemplo, nós morava numa casa de meu irmão que ele deu pra mim, era de quatro cômodos, enorme, ele [o marido] não quis de jeito nenhum, morou um ano, quis morar na casa que ele fez... (Agricultora Quilombola, 25 anos, Comunidade Remanescente de Quilombos do Macuco, Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009)

Algumas vezes, para as mulheres que convivem em um sistema patriarcal muito arraigado na cultura familiar, esta “autoridade” do marido chega até a afetar sua liberdade, impedindo-a inclusive de trabalhar.

Eu não sei porque eu tô trabalhano como agente de saúde não, porque eles [os homens] não deixam não, os homes não deixa a mulher trabalhar não, porque, tipo assim, é um racismo que eles tem de achar que, se trabalhar, fulano lá vai achar que eu [o marido] não tô dano conta de tratar da mulher, aí não deixa [as mulheres] trabalhar... quase todas comunidades aqui é assim, eles [os maridos] não gosta que [a mulher] trabalha.... eu mesma tenho três irmã que casaram e as mulheres deles só

vivem dentro de casa...porque os outro vão achar que eles não tão dano conta de tratar... (Agricultora Quilombola, 25 anos, Comunidade Remanescente de Quilombos do Macuco, Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009)

Entretanto, as relações entre gênero não são estáticas e imutáveis, mas sim dinâmicas e em constante transformação. Neste sentido, percebe-se que diversas mudanças já são observadas na vida e no papel das *mulheres jovens* dentro das comunidades e em seus núcleos familiares, podendo algumas delas agora estudar, trabalhar fora da comunidade e ser responsáveis por decisões da propriedade que antes eram restritas à autoridade do homem.

Em relação ao acesso aos seus direitos como cidadãs e como agricultoras rurais, constatou-se que foram poucas as mulheres que conseguiram receber o *salário maternidade* ou adquiriram empréstimos pelo programa federal do *Pronaf Mulher*. Este fato se deve principalmente à ausência de documentações como *registro de identidade* (RG), *Cadastro de Pessoas Físicas* (CPF) e até mesmo de títulos da propriedade da terra onde residem. Cabe ainda ressaltar, que a falta de informação sobre o direito de recebimento destes benefícios também contribuiu relevantemente para que muitas mulheres deixassem de ter acesso às conquistas que vem tendo nas últimas décadas.

Por fim, destaca-se que a importância da mulher para a família e para a comunidade vai muito além do que se constatou até aqui. No que diz respeito à manutenção das tradições culturais afrodescendentes, percebeu-se que é de responsabilidade das mulheres a preservação e o ensinamento das danças e dos cantos tradicionais de sua cultura. Nestas danças, as letras das músicas tocadas referem-se a animais típicos das matas nativas das comunidades, como o *Curiango* (FIG. 7) e o *Dudu*, e as mulheres, ao dançarem, encenam os movimentos destes animais nas matas.



Figura 7: Dança do *Curiango*: Tradicional dança encenada somente por mulheres. Comunidade Remanescente de Quilombos de Moça Santa, Chapada do Norte, Vale

Além disso, em períodos de festividades nas comunidades, cabe à elas a preparação dos pratos típicos (FIG. 8 e 9), chamados popularmente de *quitandas*, a serem servidos e leiloados nas celebrações.



Figura 8: Tradicional requeijão moreno produzido nas comunidades quilombolas de Chapada do Norte e Minas Novas. Comunidade Remanescente de Quilombos do Córrego Santa Rita, Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009. Fonte: DINIZ, R. F.



Figura 9: Mulheres carregando bacias com *quitandas* para festa em tradicional celebração festiva no encontro de comunidades quilombolas. Comunidade Remanescente de Quilombos dos Alves, Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009. Fonte: DINIZ, R. F.

Considerações Finais

A partir do presente trabalho, constatou-se o relevante trabalho desenvolvido pelas mulheres nas comunidades quilombolas de Chapada do Norte e Minas Novas, assumindo um papel de protagonistas na dinâmica dos processos socioeconômicos e culturais que vem ocorrendo nestes territórios rurais caracterizados pela expressiva migração da mão de obra masculina.

Os trabalhos por elas realizados contribuem para o fortalecimento e agregação da família camponesa, para manutenção dos cultivos em hortos domésticos e nas roças e para a geração de renda através da comercialização do excedente das colheitas em feiras livres de seus respectivos municípios. Além disso, ressalta-se que a preservação dos conhecimentos tradicionais sobre a medicina popular quilombola, a produção de comidas típicas, as danças e os cantos de roda são trabalhos realizados pelas mulheres que adquirem fundamental importância para a manutenção da matriz cultural afrodescendente destas comunidades.

Deste modo, o trabalho feminino nas *Comunidades Remanescentes de Quilombos* representa, cada vez mais, um inestimável valor para a agregação da família e das comunidades, além de manter viva a tradição sociocultural guardada há gerações

pelos antigos moradores destes núcleos de resistência da cultura afrodescendente no país.

Referências Bibliográficas

- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. ; UNBEHAUN, S. *Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios*. In: O Progresso das Mulheres no Brasil. Brasília: UNIFEM; FUNDAÇÃO FORD; CEPIA. 2006. Disponível em: <http://www.generoracaetnia.org.br/publicacoes/Progresso%20das%20Mulheres-BR.pdf> Acesso em 30/07/2009.
- BRANCALEONE, C. *Comunidade, Sociedade e Sociabilidade: Revisitando Ferdinand Tönnies*. Revista de *Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 39, p. 98-104, 2008.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003. p. 312-347.
- CODEVALE. Levantamentos básicos preliminares do Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: CODEVALE.1973
- _____. Breve caracterização sócio-econômica do Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: CODEVALE. 1991.
- DINIZ, R. F.; TUBALDINI, M. A. S., SILVA, L. M. da. Gênero e Etnobiodiversidade: o trabalho da mulher na agroecologia em comunidades quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte - Vale do Jequitinhonha/MG. In: V Simpósio Regional de Etnobiologia e Etnoecologia/Sudeste e I Encontro Mineiro de Etnobiologia e Etnoecologia/Sudeste, 2010, Viçosa. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2010.
- GALIZONI, F. M., RIBEIRO, E. M., SILVESTRE, L. H. A. Comunidades rurais e recursos comuns nas chapadas do alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Pesquisa financiada pelo CNPq (AF 520792/01-7) e Fapemig (SHA 941/02) – Lavras/MG. 2002.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: O Progresso das Mulheres no Brasil. Brasília: UNIFEM; FUNDAÇÃO FORD; CEPIA. 2006. Disponível em: <http://www.generoracaetnia.org.br/publicacoes/Progresso%20das%20Mulheres-BR.pdf> Acesso em 30/07/2009.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. Plano Diretor para o Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: FJP. 1988.

Diagnóstico das condições sócio-econômicas dos municípios mineiros. Belo Horizonte: FJP, 2000.

PEIXOTO, Sérgio Elísio. Comunidade e Desenvolvimento Agrícola. Núcleo de estudos ambientais e rurais (NUCLAER) - UFBA. Disponível em <http://www.twiki.ufba.br/twiki/pub/Nuclear/Artigo2/artigo.pdf> - acessado em 09 de outubro de 2009.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a Agricultura Familiar no segundo Governo Lula? In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. Set/dez. 2007

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes. Tradução de Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 378 p. Título original: *Voyage dans le provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*.

SPIX, Johan Baptist Von & MARTIUS, Karl Friedrich Phillip Von. Viagem pelo Brasil (1817-1820). Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 389 p. Título original: *Reise in Brasilien*.

TUBALDINI, M. A. dos S.; DINIZ, R. F. e SILVA, L. M. da. A Importância do Trabalho Feminino para a Manutenção da Agricultura Familiar nas Comunidades Quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte – Vale do Jequitinhonha/MG. In: SEMINÁRIO VISÕES DO VALE, 5., 2010, Belo Horizonte. [*Anais eletrônicos...*] Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.